

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

***Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo
com a Legislação Societária Brasileira em
31 de dezembro de 2006 e 2005
e Parecer dos Auditores Independentes***

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2006 e 2005

Índice

Parecer dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Contábeis	
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **RODOVIA DAS CATARATAS S.A.** levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e das respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábil da **Rodovia das Cataratas S.A.** em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na Nota 14, a Administração da Companhia e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. No período de 24 de julho de 2004 a 28 de maio de 2005, vigorou o contrato preliminar, que entre outros, criou a Comissão Paritária para estudo de eventual desequilíbrio econômico e financeiro no Contrato de Concessão. A Comissão Paritária concluiu, em 24 de maio de 2005, que o Contrato de Concessão apresenta desequilíbrio econômico e financeiro, tendo a Companhia pedido a título de tutela antecipada a utilização da taxa interna de retorno – TIR (16,43% a.a.) apurada pela referida Comissão. Pedido esse, deferido em 1º de setembro de 2005, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região. Com relação a esse assunto, em 25 de janeiro de 2006, foi publicado no Diário de Justiça da União, acórdão (agravo de instrumento nº. 2005.04.01.037574-9/PR) com decisão favorável a Companhia.

Cascavel, 16 de janeiro de 2007.

MOORE STEPHENS LIMA LUCCHESI
Auditores Independentes
CRC 2SP 015.045/O-0

Sergio Lucchesi Filho
Contador – CRC 1 SP 101.025/0 – O S - PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ATIVO		
Circulante		
Caixa e bancos	1.649	1.121
Aplicações financeiras (nota 4)	7.823	14.165
Títulos a receber	1.402	976
Impostos a recuperar	364	145
Adiantamentos a fornecedores	251	472
Créditos com empresas ligadas	-	92
Outros créditos	267	241
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	2.243	4.047
Despesas do exercício seguinte	1.113	978
	<u>15.112</u>	<u>22.237</u>
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.355	1.975
Aplicações financeiras vinculadas (nota 4)	3.264	3.521
	<u>5.619</u>	<u>5.496</u>
Permanente		
Imobilizado (nota 6)	121.320	128.767
	<u>121.320</u>	<u>128.767</u>
Total do ativo	<u>142.051</u>	<u>156.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
Em 31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	2.305	4.824
Fornecedores partes relacionadas (nota 9)	3.710	-
Empréstimos e financiamentos (nota 7)	8.486	8.501
Juros s/remuneração capital próprio (nota 11)	842	-
Salários e encargos sociais	1.562	1.526
Obrigações fiscais	1.329	1.694
Dividendos a pagar (nota 11)	1.941	2.765
Outras contas a pagar	432	180
	<u>20.607</u>	<u>19.490</u>
Exigível á longo prazo		
Empréstimos e financiamentos (nota 7)	28.568	36.732
Provisão para contingências (nota 8)	3.775	2.955
Provisão IRPJ/CSL s/reserva de reavaliação (nota 6)	15.665	18.688
	<u>48.008</u>	<u>58.375</u>
Patrimônio líquido		
Capital social (nota 11)	41.849	41.849
Reserva de reavaliação	30.409	36.278
Reserva legal	1.178	508
Lucros acumulados	-	-
	<u>73.436</u>	<u>78.635</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>142.051</u>	<u>156.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Receita bruta de serviços	104.519	77.183
Impostos sobre a receita	(9.285)	(6.844)
Receita operacional líquida	<u>95.234</u>	<u>70.339</u>
Custo dos serviços prestados (nota 13)	(73.495)	(52.570)
Lucro bruto	<u>21.739</u>	<u>17.769</u>
Despesas administrativas	(4.590)	(4.151)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>17.149</u>	<u>13.618</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.410	4.425
Juros recebidos	13	32
Descontos obtidos	1	15
Variações cambiais sobre empréstimos	1.431	1.458
Outras receitas	2	234
	<u>3.857</u>	<u>6.164</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(5.012)	(6.723)
Variações cambiais sobre empréstimos	(934)	(356)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(470)	(534)
Outras despesas	(158)	(79)
Juros s/remuneração capital próprio (nota 11)	(3.336)	(3.965)
	<u>(9.910)</u>	<u>(11.657)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.053)</u>	<u>(5.493)</u>
Resultado operacional	<u>11.096</u>	<u>8.125</u>
Resultado não operacional	<u>46</u>	<u>139</u>
Resultado antes dos impostos	11.142	8.264
Imposto de renda e contribuição social (nota 5)	(1.808)	(1.022)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	(1.804)	(1.656)
Reversão juros s/remuneração capital próprio (nota 11)	3.336	3.965
Lucro líquido do exercício	<u>10.866</u>	<u>9.551</u>
Lucro líquido por ação – R\$ 1,00	<u>0,26</u>	<u>0,23</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2004	41.849	42.172	-	(1.180)	82.841
Realização reserva de reavaliação	-	(5.894)	-	5.749	(145)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.551	9.551
Destinações do lucro líquido:					-
Constituição da Reserva Legal	-	-	508	(508)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(9.647)	(9.647)
Juros s/capital próprio (nota 11)	-	-	-	(3.965)	(3.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	41.849	36.278	508	-	78.635
Realização reserva de reavaliação	-	(5.869)	-	5.871	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.866	10.866
Destinações do lucro líquido:					-
Constituição de reserva legal	-	-	670	(670)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(12.731)	(12.731)
Juros s/capital próprio (nota 11)	-	-	-	(3.336)	(3.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	41.849	30.409	1.178	-	73.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	10.866	9.551
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação	24.179	23.101
Baixas do imobilizado	1.150	19
Variações cambiais de longo prazo	(498)	(1.102)
	<u>35.697</u>	<u>31.569</u>
De terceiros:		
Aumento em empréstimos e financiamentos	5.023	6.749
Aumento da provisão para contingência	964	811
Redução do realizável a longo prazo	-	193
Transferência do realizável para o circulante	258	5.065
	<u>6.245</u>	<u>12.818</u>
Total das Origens	<u>41.942</u>	<u>44.387</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No imobilizado	17.882	16.393
Transferência do exigível para o circulante	12.691	16.593
Redução de depósitos judiciais	141	-
Redução da provisão para contingências	-	505
Redução provisão IRPJ/CSLL s/reavaliação	3.023	-
No aumento do realizável á longo prazo	380	359
Dividendos	12.731	9.647
Juros s/remuneração capital próprio (nota 10)	3.336	3.965
	<u>50.184</u>	<u>47.462</u>
Total das Aplicações	<u>50.184</u>	<u>47.462</u>
Diminuição do capital circulante líquido	<u>(8.242)</u>	<u>(3.075)</u>
Variação do capital circulante líquido		
Ativo Circulante		
No final do exercício	15.113	22.237
No início do exercício	(22.237)	(21.866)
	<u>(7.124)</u>	<u>371</u>
Passivo Circulante		
No final do exercício	20.608	19.490
No início do exercício	(19.490)	(16.044)
	<u>1.118</u>	<u>3.446</u>
Diminuição do capital circulante líquido	<u>(8.242)</u>	<u>(3.075)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

1. Atividades operacionais

A Companhia, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do lote 003 da rodovia BR 277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional n. 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à sociedade, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do lote 003, bem como o desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas se estenderá, no mínimo, durante a vigência de 24 anos da concessão de um trecho de 387,1 Km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, consoante principais práticas contábeis descritas na nota 3, e no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são resumidas a seguir:

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados, atualizados pró-rata “tempore”.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Aplicações financeiras

São avaliadas pelos valores originalmente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Despesas do exercício seguinte

Os custos com renovação de apólices de seguro, conforme previsto em cláusula contratual de concessão, a qual prevê a cobertura para a conclusão das obras futuras a serem realizadas pela Companhia durante todo o período de concessão, são diferidos e amortizados pelo período da respectiva cobertura.

d) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens, indicadas na nota 6.

e) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores de captação, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados junto às instituições financeiras, até a data dos balanços, conforme nota 7 .

f) Demais ativos e passivos circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data dos balanços, quando aplicável.

g) Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social são efetuados à alíquota base de 15% (acrescida de adicionais de 10% sobre a parcela do lucro excedente à R\$ 240 no exercício) e de 9%, respectivamente, sobre o lucro líquido, ajustado por adições e exclusões previstas pela legislação fiscal. Em 31 de dezembro de 2006, foram constituídas as provisões para imposto de renda e contribuição social correntes, assim como foi registrado imposto de renda e contribuição social diferido ativo, sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, conforme demonstrado na nota explicativa 5.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

4. Aplicações financeiras

Banco	Tipo de aplicação	Juros	2006	2005
Banco do Brasil	Renda fixa	97% CDI	43	30
Banco Itaú BBA S/A	Renda fixa	99,90% a 100,2% CDI	7.780	5.808
Banco BIC S/A	Renda fixa	102% CDI	-	226
Unibanco S/A	Renda fixa	99% a 100% CDI	-	12
Banco Indusval S/A	Renda fixa	103% CDI	-	2.028
Banco Fibra S/A	Renda fixa	101,5% CDI	-	2.231
Banco Pine S/A	Renda fixa	104% CDI	-	3.830
Total curto prazo			7.823	14.165
Unibanco	Caução BNDES	100% CDI	3.264	3.521
Total longo prazo			3.264	3.521

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se à conta vinculada destinada a suprir, em caso de insuficiência de saldo na conta corrente, o pagamento integral das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito na nota 7. O saldo desta conta ficará bloqueado até o vencimento final do contrato de empréstimo, sendo facultada sua aplicação financeira.

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Ativo:						
Sobre prejuízos fiscais	677	2.258	412	982	1.089	3.240
Sobre provisões temporariamente não-dedutíveis	886	631	268	176	1.154	807
	1.563	2.889	680	1.158	2.243	4.047

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O orçamento econômico-financeiro elaborado pela Companhia indica uma expectativa de que os créditos fiscais diferidos ativos poderão ser integralmente realizados no próximo exercício social.

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	31.12.06	31.12.05
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(1.279)	(726)
Imposto de renda diferido	(1.326)	(1.234)
Imposto de renda	(2.605)	(1.960)
Variação na:		
Contribuição social corrente	(529)	(296)
Contribuição social diferida	(478)	(422)
Contribuição social	(1.007)	(718)

A conciliação dos tributos lançados ao resultado do exercício é como segue:

	31.12.06		31.12.05	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.142	11.142	8.264	8.264
Diferenças permanentes:				
Despesas Indedutíveis	29	48	134	134
Outros	(750)	-	(558)	(420)
Base de cálculo	10.421	11.190	7.840	7.978
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Total	2.605	1.007	1.960	718

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

6. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31.12.2006		31.12.2005	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Móveis e utensílios	10%	451	(335)	116	151
Benfeitorias em imóveis terceiros	5%	233	(134)	99	105
Hardware e software	20%	5.178	(3.582)	1.596	1.680
Máquinas e equipamentos	10%	2.082	(1.046)	1.036	1.125
Veículos	20%	1.819	(852)	967	807
Marcas e patentes	5%	14	(1)	13	3
Rodovia	De 4 a 20%	148.784	(77.365)	71.419	69.930
Reavaliação de ativos		65.151	(19.077)	46.074	54.966
Totais		223.712	(102.392)	121.320	128.767

A reavaliação do ativo imobilizado foi realizada por empresa especializada, cujo laudo datado de 28 de setembro de 2004, foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2004. Sobre o valor registrado do patrimônio líquido como reserva de reavaliação (mais-valia), a Companhia destacou como exigível á longo prazo os respectivos valores do imposto de renda e contribuição social mediante a utilização de uma taxa de 34%. Em 31 de dezembro o valor registrado a esse título, no exigível a longo prazo, é de R\$ 15.665 (R\$ 18.688 em 2005).

7. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento Final	31.12.2006		31.12.2005	
				Curto Prazo	Longo prazo	Curto Prazo	Longo prazo
Para Investimentos:							
BNDES	TJLP	5,00% a.a.	15.05.2011	7.478	25.036	7.379	31.794
BNDES	V.C. (a)	5,00%a.a.	15.07.2011	1.008	3.532	1.122	4.938
Total				8.486	28.568	8.501	36.732

(a) Calculada com base em unidade monetária do BNDES, a qual reflete a variação cambial de uma cesta de moedas composta por: dólar norte-americano, Euro, Iene e Franco-suíço.

Em 14 de dezembro de 2001 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, concedeu à Companhia, linha de crédito no valor de R\$50.264 mil, com a finalidade de execução das obras e serviços destinados à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de parte da rodovia BR-277 e as rodovias de acesso PR-180, PR-874, PR-474 e PR-590, integrantes do Anel de Integração designado lote 03.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos, foram entregues cartas de fiança, avais de acionistas e notas promissórias. Adicionalmente, em 14 de dezembro de 2001 a empresa controladora indireta Sideco Americana S.A. constituiu-se como devedora solidária no financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor original total de R\$50.264, com vencimento final em 15 de julho de 2011.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>
2008	8.313
2009	8.313
2010	8.313
2011	3.629
	<u>28.568</u>

8. Provisão para contingências

Refere-se a passivos registrados para fazer face às possíveis perdas com discussões judiciais relativas a ações administrativas e cíveis.

9. Partes relacionadas

Sociedade	31.12.2006
Civilia Engenharia Ltda. - Fornecedores (passivo circulante)	3.355
Qualix Serviços Ambientais – Fornecedores (passivo circulante)	355

As transações efetuadas entre partes relacionadas observam condições usuais de mercado, e estão assim sumariadas:

Sociedade	Natureza	Acumulado 31.12.2006
Civilia Engenharia Ltda.	Custo dos serviços prestados	10.732
Civilia Engenharia Ltda.	Ativo Imobilizado	6.122
Qualix Serviços Ambientais	Custo dos serviços prestados	810

10. Instrumentos financeiros

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros para administrar sua exposição às variações de câmbio, entre outros fatores de risco e, em consequência disso, não tem implementado transações associadas a instrumentos financeiros, que possam gerar riscos de perda futura não registrada nas demonstrações contábeis. A posição dos empréstimos indexados em moeda estrangeira está demonstrada na nota 7.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

11. Capital social

O capital social está representado por 41.849.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Aos acionistas detentores de ações ordinárias, o Estatuto prevê o pagamento de dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado na forma da lei.

A distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio (2006 e 2005) são demonstrados a seguir:

	Acionista			Total	
	Civilia Engenharia Ltda.	Roplano Participações S/A	Momento Engenharia de Construção Ltda.	2006	2005
Dividendos					
• Propostos	10.755	1.864	112	12.731	9.647
• Antecipados	(9.115)	(1.580)	(95)	(10.790)	(6.882)
• Saldo em 31 de dezembro	1.640	284	17	1.941	2.765
Juros sobre o capital próprio					
• Propostos	2.818	488	30	3.336	3.965
• Retenção imposto de renda	(423)	(73)	(5)	(501)	(594)
• Antecipados	(1.684)	(292)	(17)	(1.993)	(3.371)
• Saldo em 31 de dezembro	711	123	8	842	-

Os juros sobre o capital próprio foram calculados nos termos e limites estabelecidos pelo Artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e disposições subseqüentes, os quais permitem que os valores desses juros sejam considerados dedutíveis dos lucros em cada período para fins de determinação dos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os lucros. Na demonstração do resultado, para atender-se a legislação tributária acima mencionada, os juros estão classificados em despesas financeiras, sendo anulado o efeito no lucro do período mediante reversão, por valores equivalentes, apresentada após os impostos sobre os lucros.

12. Seguros

A Companhia possui, em 31 de dezembro 2006, a cobertura de seguros considerada suficiente, em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, onde o beneficiário é o DER-PR.

13. Composição de custos dos serviços

Os gastos relacionados à manutenção e conservação da rodovia, assim como todos os gastos relacionados à manutenção, conservação e operação das praças de pedágio, são alocados ao resultado quando incorridos e classificados contabilmente como custo dos serviços prestados, que engloba a depreciação dos ativos relacionados a estas operações.

Para melhor apresentação da demonstração de resultado, foi procedido ao rateio dos itens que representam os gastos classificáveis como custo, baseado em levantamentos contábeis e correlação com o orçamento previamente elaborado pela Companhia.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

14. Informações sobre o contrato de concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.063 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da Concessão objeto do contrato de exploração do lote número 3 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Companhia.

De acordo com a referida Lei, a extinção da Concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á imediatamente após o pagamento do valor correspondente à indenização devida à Concessionária, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos.

Em janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de Decretos declarando como sendo de "utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto" de cinco das seis Companhias que fazem parte do "Anel de Integração do Estado do Paraná". Pelos referidos Decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria-Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação.

A administração da Companhia, juntamente com parcela significativa das demais Concessionárias de rodovias que formam o chamado "Anel de Integração do Estado do Paraná", solicitou a suspensão do decreto de desapropriação e, além disso, vem discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao contrato de concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997.

Tais discussões levaram à assinatura, em 24 de julho de 2004, de um contrato preliminar entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR, e a Concessionária Rodovia das Cataratas S.A., objetivando alterar diversas cláusulas de serviços do Contrato de Concessão de Obras Públicas nº. 073/97 com base nas seguintes premissas e objetivos:

- a) Redução média das tarifas básicas do pedágio em 30%;
- b) Manutenção do reajuste das tarifas básicas do pedágio aplicadas em dezembro de 2002 e do reajuste correspondente ao ano de 2003;
- c) Considerar o volume de tráfego na fixação das tarifas básicas de pedágio;
- d) Extinção das verbas para custeio da fiscalização do DER, para aparelhamento da polícia rodoviária;
- e) Revisão da cláusula econômica, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato;
- f) Alteração da "Performance Bond", para valor equivalente a 5% da receita projetada para o ano seguinte;
- g) Alteração das obrigações contratuais da Concessionária, mantendo-se as obrigações relativas à operação, conservação e restauração das rodovias e excluindo-se os investimentos referentes às obras de melhoria e ampliação da capacidade;

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

14. Informações sobre o contrato de concessão--Continuação

- h) As obras de restauração inicialmente previstas para o ano 7 (2004) tiveram seu prazo de execução ampliado até dezembro de 2005, sendo executado em 2004 a infraestrutura da restauração

Parte significativa dos itens acima referidos foi aplicada a partir da assinatura do contrato preliminar.

Em dezembro de 2004, o referido contrato foi prorrogado por 90 (noventa) dias e a seu termino, por mais 90 (noventa) dias, de modo que sua vigência terminou em 28 de maio de 2005.

Para fins de revisão de equilíbrio econômico financeiro do contrato, o contrato inicial instituiu uma Comissão Paritária. Os trabalhos dessa Comissão foram finalizados no dia 24 de maio passado, momento em que foi elaborada a Ata Conclusiva de nº 17, documento onde foi formalizada a existência de desequilíbrio econômico financeiro desfavorável a Concessionária. Concluiu-se também, que o reequilíbrio do contrato se daria a uma taxa interna de retorno de 16,43% a.a.. Como está em curso o processo nº 2004.70.00.040002-2, interposto pela Companhia, foi pedido pela mesma a tutela antecipada, do reequilíbrio do contrato pela TIR apurada pela Comissão Paritária, . Pedido esse, deferido em 1º. de setembro de 2005, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região. Com relação a esse assunto, em 25 de janeiro de 2006, foi publicado no Diário de Justiça da União, acórdão (agravo de instrumento nº. 2005.04.01.037574-9/PR) com decisão favorável a Companhia.

* * *